

ESTUDOS

AS JUVENTUDES SINDICALISTAS:  
UM MOVIMENTO SINGULAR

*JOÃO FREIRE*

Departamento de História de Sociologia do I.S.C.T.E.

PENÉLOPE. FAZER E DESFAZER HISTÓRIA, N.º 4, NOV. 1989

**D**ENTRO da nebulosa libertária do princípio do século, em Portugal, o movimento das Juventudes Sindicalistas apresenta várias características interessantes e outras tantas singularidades. Existindo como movimento organizado apenas durante 14 anos (1913-1927), ele filia-se simultaneamente no movimento anarquista e no movimento sindical, distinguindo-se em ambos os casos pelo seu dinamismo e espírito de rebeldia contra os valores e interesses instalados. Criou assim uma realidade nova, quicá sem paralelo sequer no estrangeiro<sup>1</sup>.

### *Uma génese controversa*

O segmento juvenil do anarquismo português foi sempre de uma notável actividade: quer em Coimbra, quer em Lisboa e no Porto, os estudantes libertários deram nas vistas em várias ocasiões<sup>2</sup>; nos últimos anos da monarquia e primeiros da república diversos foram os agrupamentos que se constituíram com base no critério etário juvenil<sup>3</sup>. Por isso, quando em 1913 se forma o primeiro núcleo de Juventudes Sindicalistas, em Lisboa, esta nova fórmula era apenas mais uma entre várias já presentes. Durante algum tempo, até cerca de 1916, assiste-se a uma espécie de competição e debate público sobre qual o tipo de organização juvenil libertária que mais interessaria desenvolver.

A emulação mais viva e significativa verificou-se entre as Juventudes Sindicalistas — que, entretanto, se consolidam não só em Lisboa, mas igualmente no Porto, Évora e outras localidades de província<sup>4</sup> — e os núcleos e grupos de Jovens Libertários<sup>5</sup>.

Como se pode perceber pela querela das designações, os primeiros privilegiavam a condição de trabalhadores assalariados e a qualidade de sindicalistas (que, na época, se associava geralmente a «libertários»), enquanto que os segundos reivindicavam em primeiro lugar a referência à ideologia anarquista e aos valores de rebeldia e independência que lhe estavam ligados. O debate alargou-se e envolveu militantes destacados. Neno Vasco, por exemplo, toma partido em favor das Juventudes Sindicalistas, achando que o agrupamento se deve fazer «segundo critério de classe e de idade, não de ideias»<sup>6</sup>. Tal posição é contestada pelo jovem Henrique Fernandes, afirmando que «entre os sindicalistas, são diversas as linguagens e nem todos dizem o mesmo. Dizem-se sindicalistas muitos que estão no partido socialista, muitos que são anarquistas declarados e até simples cor-

porativistas»; e, para obviar a este «equivoco», estancar o «sentimento de desconfiança», pede ao prestigiado Neno Vasco que «estude profundamente a questão» e depois diga quem está dentro da razão, se os que «abandonando (...) a própria propaganda, organizam os núcleos sindicalistas», se aqueles que «firmes no seu campo, querem continuar a ser anarquistas»<sup>7</sup>.

Note-se que esta clivagem de opiniões não correspondia a uma divisão entre operários e intelectuais. Embora entre os jovens radicais de Coimbra a fórmula sindicalista nunca tivesse tido grandes adeptos, o certo é que ela encontrou em Lisboa o apoio entusiástico de homens como Aurélio Quintanilha, estudante universitário, que lhe deram nesta fase o melhor da sua actividade.

Durante os anos de 14 e 15, não era fácil adivinhar qual das tendências acabaria por triunfar. As Juventudes Sindicalistas empenham-se em actividades de cultura (aulas e leitura; teatro; festas), na divulgação do seu jornal *O Despertar*<sup>8</sup> e, sobretudo, na agitação contra a guerra<sup>9</sup>. As Juventudes Libertárias, para além deste mesmo tipo de actividades, alinham mais abertamente no militantismo protagonizado por Bartolomeu Constantino, Bernardino dos Santos e outros anarquistas da linha dura, participando na tentativa organizativa da União Anarquista Comunista (UAC) e acabando por serem arrastados pelo esfacelamento desta organização<sup>10</sup>.

A partir de 1916, com dificuldades políticas e policiais acrescidas pelo facto da entrada de Portugal na Guerra, o movimento dos grupos de jovens libertários acaba por desaparecer, deixando o caminho aberto, agora sem concorrência, às Juventudes Sindicalistas<sup>11</sup>.

### *A batalha do reconhecimento*

Depois de um período de abrandamento — que afectou, de resto, todas as movimentações sociais — o movimento sindicalista juvenil retoma impulso a partir de 1919. Em Janeiro de 1921 realiza o seu primeiro congresso mas, logo após a fundação do Partido Comunista, sofre a cisão provocada pelo seu secretário-geral José de Sousa<sup>12</sup>, que vai constituir a organização juvenil bolchevista com uma fracção dos agrupados nas Juventudes Sindicalistas. É neste contexto de divisão e luta ideológica entre bolchevistas e libertários que os novos responsáveis federais das juventudes Sindicalistas vão desenvolver uma série de acções tendentes a obterem o seu reconhecimento institucional por parte do movimento sindical português, do qual derivariam certas formas de auxílio e apoio de que o movimento juvenil bem carecia. É que, para além das lutas políticas no interior do campo

operário, a repressão governamental era uma realidade permanente, que dava azo a acções violentas atribuídas, com ou sem razão, a jovens sindicalistas, sendo difícil ver-se o termo desta dialéctica de acção-repressão. Por outro lado, levantavam-se cada vez mais suspeitas sobre actos atribuídos à Legião Vermelha e sobre o Papel de *agents provocateurs* de certos elementos, sem esquecer a comoção provocada por casos como o do rebentamento de bombas em vias de fabricação, na madrugada de 29 de Dezembro de 1921, na própria sede das Juventudes Sindicalistas (e da C.G.T., d'A Batalha, etc.), na Calçada do Combro!.

O Comité Federal das Juventudes Sindicalistas tinha então como secretário-geral Fernando de Almeida Marques<sup>13</sup> e dele faziam parte homens como Raul dos Santos, José Maria Esteves e David de Carvalho, enquanto na Secção Federal do Norte se distinguiu Luís António de Carvalho. Estes e outros jovens militantes empenham-se, nomeadamente, na procura do reconhecimento da sua organização por parte da CGT, no congresso nacional de 1922 que teve lugar na Covilhã. Tendo começado por receber uma resposta negativa da comissão organizadora do congresso, com base nas resoluções tomadas no anterior congresso de Coimbra de que só organismos sindicais poderiam participar nos congressos, os jovens sindicalistas resolveram por sua conta e risco, produzir e apresentar ao congresso da Covilhã uma Tese intitulada «Relações das Juventudes Sindicalistas com a Organização Operária», cujo relator foi David de Carvalho, também ele delegado ao congresso, conjuntamente com Almeida Marques e Luís de Carvalho.

O interessantíssimo relatório desta delegação, redigido por David de Carvalho, conta as peripécias ocorridas durante os trabalhos congressuais, através da percepção que delas tem esta testemunha<sup>14</sup>. Independentemente disto, porém, o facto é que, pela primeira vez, a CGT reconheceu a existência formal da Federação das Juventudes Sindicalistas, ao mesmo tempo que aprovava a tese acima referida, apenas com ligeiras modificações<sup>15</sup>. A doutrina nela contida frisava que as relações entre ambos os organismos deveriam basear-se «na solidariedade»; que a CGT deveria «coadjuvar a formação, manutenção e desenvolvimento de núcleos de Juventude Sindicalista em todo o país» e dispensar-lhe «todo o seu apoio moral e, quanto possível, material»; que as Juventudes, por seu lado, exerceriam a sua acção «sobre a mocidade operária, preparando, entre ela, os futuros militantes por uma educação moral, intelectual, social e, possivelmente, técnica, e criando-lhes um elevado espírito de sacrifício, de abnegação e de solidariedade»; e, finalmente, que as Juventudes Sindicalistas manteriam a sua «autonomia e independência, quer moral

quer material», reconhecendo-se, portanto, «no seu âmbito, toda a liberdade de decisão e de acção, de discussão e de crítica».

Conseguido este passo, decisivo, os jovens sindicalistas exploram o sucesso pela apresentação, em subsequentes congressos corporativos, de idênticas moções através das quais os organismos operários declaram reconhecer e apoiar, ao menos no plano moral, a acção da Federação das Juventudes Sindicalistas.

Finalmente, tais declarações serviam, no dia-a-dia, para obter apoio de sindicatos locais na cedência de uma sede ou de local para reunião, para a circulação dos jornais ou manifestos juvenis nos meios operários, ou para a recolha de ajudas financeiras em favor de militantes perseguidos ou presos<sup>16</sup>.

### *Organização e acção*

A organização das Juventudes Sindicalistas assentou, desde o início, em Núcleos, por localidades. Cada Núcleo era autónomo, determinava as suas actividades e designava responsáveis, cobrava as quotas dos seus sócios e possuía estatutos próprios. Não obstante isto, o modelo de organização era comum a todos os Núcleos e os estatutos apresentavam apenas diferenças de pormenor.

Tomando como exemplo o Núcleo do Porto, fundado no início de 1914, as suas «Bases orgânicas» especificam que são seus fins:

- «1.º — Educar moral, intelectual e fisicamente os seus associados em especial, e todo o operariado em geral;
- 2.º — Procurar incutir na mocidade operária o espírito associativo e de reivindicação;
- 3.º — Fazer uma intensa propaganda dos princípios sindicalistas revolucionários e da acção directa operariado;
- 4.º — Difundir as ideias internacionalistas e anti-militaristas».

Como se poderá supor, nenhuma destas estruturas estava legalizada, embora actuassem à luz do dia. As dificuldades burocráticas legais eram contornadas sem grande dificuldade<sup>17</sup>. E, de qualquer modo, as suas actividades eram, ainda segundo o pacto fundador do Núcleo do Porto, de carácter pacífico e não susceptível de grandes oposições legais:

- a) Promover palestras e conferências doutrinárias, científicas e artísticas;
- b) Realizar espectáculos de propaganda social;
- c) Organizar visitas a museus, monumentos, estabelecimentos fabris, etc., bem como passeios e excursões de propaganda;

- d) Publicar folhetos e manifestos;
- e) Fundar uma biblioteca;
- f) Abrir aulas para educar o operariado;
- g) Abrir um curso especial de militantes para o movimento operário;
- h) Cultivar os *sport* de reconhecido merecimento na cultura física dos indivíduos;
- i) Dar sempre a sua adesão moral e material, quando seja possível, a qualquer movimento operário grevista que tenha por fim conquistar melhoria de situação;
- j) Fazer-se representar em qualquer congresso, quando essa representação se reconheça de utilidade;
- k) sustentar um órgão próprio para difundir os princípios sindicalistas revolucionários e, temporariamente, enquanto não for possível criar esse órgão, procurar fazer essa propaganda nos jornais operários já existentes»<sup>18</sup>.

As estruturas orgânicas dos Núcleos incluíam sempre a reunião geral dos sócios, que deliberava mensalmente, e a comissão administrativa, geralmente de três membros (um dos quais, tesoureiro) que geria a vida rotineira do Núcleo, para o que reunia pelo menos uma vez por semana. Eleitos para mandatos semestrais em reunião geral, estes administradores eram, contudo, permanentemente revogáveis, conforme o hábito das organizações libertárias. Para além destes, era ainda comum nomearem-se comissões ou grupos de sócios com funções específicas: animação da sede; instrução; publicação dum jornal, etc.<sup>19</sup>.

A partir de 1920, os Núcleos de todo o país estruturaram-se em uma Federação das Juventudes Sindicalistas<sup>20</sup>, com sede em Lisboa e uma Secção Federal no Norte (Porto). A partir de então, a gestão central da Federação ficou entregue a uma Comité Federal, restrito e permanente, sob o controlo de um Conselho Federal, composto por delegados enviados pelos Núcleos, cada Núcleo tendo direito a um voto<sup>21</sup>. Sob a responsabilidade do Comité Federal funcionava a comissão de redacção d'*O Despertar*, a Biblioteca Juvenil<sup>22</sup>, a tipografia<sup>23</sup>, a Caixa de Solidariedade<sup>24</sup>, o C.D.S.<sup>25</sup> ou as escolas de militantes<sup>26</sup>. Sobre a administração financeira da organização, conhece-se muito pouco de concreto mas tudo leva a crer que fosse decalcada do modelo geral usado pelos anarquistas nas suas organizações; cerca de metade da quotização dos aderentes ficaria nos Núcleos locais e o remanescente subiria à Federação para financiar as suas actividades orgânicas, o jornal e a Caixa de Solidariedade.

É talvez a altura de indicar a dimensão numérica e geográfica atingida pelo movimento juvenil.

Pelo que toca aos Núcleos, registámos a existência, com um mínimo de duração e solidez, de 35 Núcleos de localidade, no período compreendido entre 1913 e 1927, tal como se mostra no mapa anexo. Doutrós tivemos ainda notícia, mas terão tido vida frágil e efémera. Contudo, esta geografia revela uma implantação que pode ser considerada como nacional.

Vale também a pena referir, neste ponto, que em Lisboa, devido ao elevado número de aderentes, houve que desdobrar o Núcleo inicial em Núcleos por bairros, em Xabregas, 1.º bairro, Meia-Laranja (Campo de Ourique) e Belém. Posteriormente, nos anos 20, voltou a haver um único Núcleo de Lisboa, mas com Secções descentralizadas naqueles bairros, bem como Secções Profissionais (das artes gráficas, couros e peles, comércio, metalúrgicos e mobiliário). No Porto, já em 1925, assiste-se também a um desdobramento, com a constituição de uma estrutura específica dos manipuladores de pão.

Cada um destes Núcleos teria um efectivo humano que variaria entre algumas dezenas até umas poucas centenas de sócios. Segundo um relatório da comissão administrativa do Núcleo de Lisboa relativo ao 2.º semestre de 1913, por exemplo, haveria naquela altura um efectivo de 187 sócios<sup>27</sup>.

Para o conjunto da Federação, os números disponíveis são também grosseiros e sujeitos a caução, mas dão-nos uma ideia aproximada. Assim, segundo o conhecido militante Germinal de Sousa<sup>28</sup>, as Juventudes Sindicalistas contariam cerca de 1922, já depois da cisão de José de Sousa, com 5000 filiados, divididos por mais de 30 Núcleos<sup>29</sup>; por outro lado, num relatório internacional da União Anarquista Portuguesa refere-se que, em finais de 1923, haveria cerca de 3000 filiados em 29 Núcleos<sup>30</sup>; por fim, de novo segundo Germinal de Sousa, em Maio de 1926 a Federação contaria com 12 Núcleos, representando uns 2000 filiados<sup>31</sup>.

Que características sociológicas básicas apresentariam estes poucos milhares de jovens sindicalistas? Pelos elementos biográficos por nós recolhidos, pudemos apurar os seguintes resultados sobre uma amostra de 292 militantes:

Sexo:

|                |        |
|----------------|--------|
| Homens .....   | — 99 % |
| Mulheres ..... | — 1 %  |

Origem social:

|                |        |
|----------------|--------|
| Popular .....  | — 89 % |
| Média .....    | — 10 % |
| Burguesa ..... | — 1 %  |

**Região geográfica:**

|                          |        |
|--------------------------|--------|
| Porto .....              | — 24 % |
| Centro-Norte .....       | — 6 %  |
| Lisboa e arredores ..... | — 58 % |
| Sul do Tejo .....        | — 12 % |

**Sector de actividade profissional:**

|                  |        |
|------------------|--------|
| Primário .....   | — 3 %  |
| Secundário ..... | — 67 % |
| Terciário .....  | — 30 % |

Embora estas distribuições apenas nos dêem ordens de grandeza, são contudo elementos preciosos de esclarecimento sobre a realidade deste grupo social, tomados a partir de uma amostra razoavelmente representativa. Como se pode observar, embora a maioria dos militantes sejam homens, de origem popular, da região de Lisboa e trabalhadores industriais, há contudo minorias significativas como os 10 % de origem social média (pequeno-burguesa, funcionários) ou os 30 % de trabalhadores em actividades terciárias (transportes, comércio, serviços, etc.).

### *A orientação e os congressos*

A Federação das Juventudes Sindicalistas efectuou dois congressos nacionais, o 1.º em Janeiro de 1921 em Lisboa e o 2.º em Abril de 1926 no Barreiro, e três conferências regionais, duas no Porto (Outubro de 1924 e Outubro de 1926) e uma em Lisboa (Março de 1925)<sup>32</sup>.

Várias vezes tem sido acentuado o carácter clandestino destes congressos, devido à repressão policial. É certo que eles se realizaram em local não anunciado publicamente e à porta fechada, para evitar a intromissão das autoridades. Mas é excessivo empregar a palavra clandestino, já que, tal como era hábito nos sindicatos e outras organizações, as teses, a ordem-dos-trabalhos, etc., eram publicados previamente nos jornais; só não se divulgava a data exacta e o local da reunião, elementos que eram comunicados directamente aos delegados num ponto de encontro conhecido, como por exemplo a grande sede da Calçada do Combro. E os congressos decorriam em locais de um sindicato simpático para com a causa dos jovens sindicalistas. Por isso será mais correcto dizer que estes congressos tiveram um carácter reservado, em vez de clandestino. De resto, as mesmas precauções se tomavam geralmente nos congressos e conferências organizativas anarquistas<sup>33</sup>.

No 1.º congresso participaram delegados de 19 Núcleos: Construção Civil, Metalúrgicos, Mobiliário, Couros e Peles, Beato e Olivais, 1.º Bairro e Central<sup>34</sup>, de Lisboa; Vestuário, Artes Gráficas, Construção Civil e Central, do Porto; Gaia; Almada; Barreiro; Setúbal; Vendas Novas; Beja; Silves e Olhão. Foram debatidas e aprovadas teses sobre «Educação e propaganda», «Defesa moral do aprendizado», «Definição de princípios ideológicos», «Abstinência e propaganda anti-alcoólica» e «Organização». Foi no quadro desta última que se fixou em definitivo a designação de Federação das Juventudes Sindicalistas, preterindo uma outra proposta: a de Mocidade Sindicalista.

No 2.º Congresso tomaram lugar representantes dos 12 Núcleos seguintes: Porto, Gaia, Lisboa, Barreiro, Setúbal, Vendas Novas, Évora, Graça do Divor, Aljustrel, Silves, Portimão e Faro. A ordem dos trabalhos, pletórica, incluiu as seguintes teses: «A ideologia das Juventudes Sindicalistas», «Relações internacionais»<sup>35</sup>, «Solidariedade aos jovens sindicalistas presos ou perseguidos», «A imprensa das Juventudes Sindicalistas», «A cultura física e a mocidade proletária», «A mulher e a Juventude Sindicalista», «As Juventudes Sindicalistas e o militarismo», «A mocidade proletária e o horário de trabalho», «Anti-alcoolismo e anti-tabagismo», «A posição das Juventudes Sindicalistas no movimento revolucionário» e «O jovem sindicalista na vida social».

A orientação ideológica e de acção que saiu destes congressos não sofreu variações palpáveis, prosseguindo a linha que vinha sendo trilhada desde o início. Os jovens filiados no movimento, fossem trabalhadores manuais, fossem estudantes e intelectuais, assumiam-se como «jovens sindicalistas», como «úteis trabalhadores, quer do braço quer do cérebro». Isto significava a adopção, por um lado das referências ideológicas principais do anarquismo — anti-estatismo, anti-parlamentarismo, anti-militarismo, anti-clericalismo, etc. —, por outro da orientação estratégica do sindicalismo-revolucionário, com o encarecimento das formas de acção e de gestão directas, a exaltação da solidariedade operária, o objectivo da greve geral insurreccional. Na Declaração de Princípios adoptada no congresso de 1926, as Juventudes Sindicalistas proclamam que: «1.º — É anarquista a sua ideologia. (...) 2.º — É sindicalista revolucionário o seu método de acção. (...) 3.º — É anti-militarista a sua propaganda. (...) 4.º — É anti-autoritária a sua propaganda. (...) 5.º — É revolucionária a sua acção. (...) 6.º — É de franca hostilidade a sua atitude em face dos partidos políticos. (...) 7.º — É eventual a sua cooperação (...)»<sup>36</sup>. Na realidade, a sua adesão doutrinária ao anarquismo é explícita e constantemente reiterada. Na tese adoptada em 1921 refere-se «o novo

regime social que, tendo por sistema político o anarquismo, e como regime económico-social o comunismo-anárquico, satisfaça os fins ideológicos concebidos pela juventude proletária convicta de hoje, almejando pela verdadeira Pátria Libertária dum Amanhã muito próximo»<sup>37</sup>.

Logicamente, o congresso de 1926 definiu que a «solidariedade» devia ser a «base de entendimento» entre «a organização juvenil e os agrupamentos anarquistas» pelo que «poderão na acção revolucionária e na propaganda coordenarem esforços e conjugarem trabalhos». E, nesta sequência, as Juventudes Sindicalistas consideram o Partido Socialista como «partido burguês e portanto incapaz de conduzir os trabalhadores à sua libertação» e o Partido Comunista «contra revolucionário e prejudicial à luta revolucionária dos trabalhadores em prol da sua emancipação». Em face do partido bolchevista, pontualizam os jovens sindicalistas, que «devemos afirmar a nossa aberta hostilidade, negando-lhe a qualidade de revolucionário porque é um partido de dissolução, de predomínio e de governo. Combatê-lo-emos, como combateremos os partidos burgueses, como desmascararemos todos os traficantes da ideia revolucionária»<sup>38</sup>.

O anti-militarismo é outro dos pontos fortes do seu ideário. Já atrás referimos o seu empenhamento contra o conflito armado iniciado em 1914. No 1.º congresso, tal posição foi reafirmada. Mas isso não esclarecia tudo. Num documento interno de 1922, pergunta-se: «Deve-se aconselhar à deserção? Quanto a nós, não (...) É absolutamente necessário que se encontrem nas fileiras militares um grande punhado de elementos de confiança (...) não deveremos aconselhar à deserção, mas sim à indisciplina e à propaganda anti-militarista»<sup>39</sup>. Quem responde é o próprio Comité Federal, então encabeçado por Almeida Marques. Mas esta opinião está longe de fazer a unanimidade entre os jovens libertários e sindicalistas. E assim é que no congresso de 1926 a tese adoptada revela uma posição flexível, favorecendo mesmo a recusa «em massa»(!) à conscrição. Depois de afirmar «a sua repugnância pelo serviço militar» e vendo «na caserna uma escola de crime, corrupção e miséria», a tese incita os Núcleos a promoverem «conferências, palestras e sessões de propaganda anti-militarista e anti-guerrista» e editarem «manifestos e panfletos», «de preferência nas vésperas do recenseamento militar», onde se «aconselhará os jovens a recusarem-se em massa a irem para o serviço militar». Porém, «àqueles jovens que por qualquer circunstância preferiram arrostar com todas as calamidades caserneiras a romper com as leis estatais, a Juventude Sindicalista facilitará a edição de manifestos, folhas volantes, etc., de propaganda anti-militarista, a distribuir aos soldados fora e dentro dos quartéis, fomentando assim uma

contínua indisciplina nos meios militares para que estes se recusem a vir à rua combater os movimentos dos seus ex-camaradas de oficina»<sup>40</sup>.

Para além do anti-estatismo, anti-capitalismo e anti-militarismo, as Juventudes Sindicalistas distinguem-se por outras características doutrinárias e de acção. A simples enumeração, acima feita, das teses discutidas nos congressos é reveladora destes aspectos segundos, mas não secundários. Limitamo-nos, porém, por economia de espaço, a relembra-rem o interesse concedido à aprendizagem e educação — intelectual, literária, artística e profissional<sup>41</sup> —; as questões particulares ligadas às condições de trabalho dos jovens e aprendizes (horários, cargas físicas, etc.); os problemas da mulher, do casamento, procriação e sexualidade; as preocupações com o corpo e a saúde (alimentação, ginástica e desporto, anti-alcoolismo, anti-tabagismo, naturismo); e a permanente mobilização em favor dos presos e perseguidos por questões sociais.

### *Radicalismo e violência*

O movimento das Juventudes Sindicalistas portuguesas teve durante toda a sua existência uma reputação de radicalismo, por virtude de algumas das suas posições públicas e de certas formas de actuação. No entanto, só a partir de 1920 se começa a associar, em muitos espíritos e na opinião pública, a este radicalismo, a ideia de violência e de bombismo. Com efeito, é nos anos que se seguem, sobretudo até cerca de 1923, que as bombas e os atentados pessoais parecem atingir a mais elevada frequência de utilização, sendo presos muitos militantes ligados às Juventudes. Só em Março de 1922 terão sido detidos cerca de 200 militantes e encerrados os Núcleos de Lisboa, Almada e Évora. A repressão policial e judicial — sobretudo com o recém-criado Tribunal de Defesa Social — parece então eleger os jovens sindicalistas como alvo preferencial da sua atenção. Além das detenções, há frequentes sortidas das autoridades às sedes da organização com confiscação de documentos, há apreensões de jornais e dissolução de reuniões de propaganda. E há, ainda, as deportações para as colónias, tendo sido desterrados para África e Timor grande número de militantes destacados das Juventudes, inclusive o secretário-geral em exercício em 1925, Manuel Viegas Carrascalão<sup>42</sup>.

É possível perceber-se que, cerca de 1920, o clima psicológico e emocional nos meios associativos operários seria marcado por um nítido entusiasmo revolucionário. A criação da C.G.T. e d'A *Batalha*, a derrota da tentativa de restauração monárquica e o êxito em

diversos movimentos reivindicativos eram, no plano interno, factores que fundamentavam esta disposição ofensiva dos militantes. No plano externo, a revolução russa, o fim da guerra e as notícias de avanços revolucionários, grevistas ou organizativos em vários países, só vinham comportar tal disposição. Neste sentido, é possível pensar que a violência revolucionária fosse um conceito que disfrutasse dos favores de largos círculos militantes. É, por exemplo, significativa esta passagem que o repórter publica nas páginas d'*A Batalha*, sobre um pequeno incidente ocorrido durante os trabalhos do 1.º congresso dos jovens sindicalistas: «Estabeleceu-se também certa confusão devido à palavra violência, que era empregada em certo artigo. Por fim, todos chegaram a acordo. Tratava-se de saber se era realmente a acção empregada pelas juventudes no sentido de destruir a sociedade burguesa. Reconheceu-se a violência como único meio de acção»<sup>43</sup>.

Segundo as memórias de um activo interveniente, Raul dos Santos, que mais tarde foi deportado para Timor, foi também neste 1.º congresso que se decidiu criar secretamente o C.D.S. — Comité de Defesa Social — «com a finalidade de coordenar a acção revolucionária da Juventude de apoio aos sindicatos na sua luta por melhores condições de vida aos trabalhadores e na luta contra o sistema capitalista e todos os seus alicerces, Estado, Clero, Militarismo, etc., usando de todas as armas possíveis para fazer frente à força do Poder, em vista da implantação de um novo sistema de vida social». O comité ficou composto por 3 membros<sup>44</sup>, «cada um dos quais mantinha contacto com o representante de um grupo de 5 jovens, e cada um destes 5 mantinha contacto com o representante de outros grupos também de 5, e assim por diante». Tratava-se, como se vê, de uma organização paralela, hierarquizada e fechada, cópia de todas as clássicas carbonárias e outras sociedades secretas revolucionárias, mas distante dos modelos de organização típicos dos libertários, Segundo a mesma testemunha, eram «jovens lutadores dispostos a tudo». E prossegue: «Recordo o apoio dado pelo C.D.S. a uma greve de panificadores de Lisboa. Com atentados às padarias onde trabalhavam patrões junto com «amarelos», em uma noite, a greve foi ganha em 24 horas, com pleno atendimento das reclamações justas dos trabalhadores. (...) Interveio igualmente numa greve de tipógrafos, que igualmente saíram vitoriosos graças ao apoio do C.D.S.»<sup>45</sup>.

Sem entrar em pormenores, o relatório do Comité Federal apresentado ao congresso de 1926 põe em realce o empenhamento dos jovens sindicalistas nas acções revolucionárias daqueles anos, referindo a greve da Carris de 1922, o movimento nacional contra o aumento do preço do pão, etc. Em síntese, diz terem sido as Juven-

tudes «o agrupamento revolucionário que mais tem sofrido (...) pois que a maioria das vítimas têm sido jovens». E acrescenta: «foi, de verdade, uma grande luta, uma verdadeira guerra, em que a nossa organização lutava desesperadamente contra o estado, contra a força, contra a burguesia, numa palavra, contra tudo o que mantém esta sociedade hipócrita e cobarde»<sup>46</sup>.

Perante o movimento militar de Maio de 1926 e o atentismo da C.G.T., as Juventudes Sindicalistas reagem do seu modo peculiar, distribuindo logo em 1 de Junho um comunicado intitulado «VIVA A LIBERDADE CONTRA A DITADURA», onde começam por afirmar: «Eis-nos chegados em face do grande perigo contra o qual sempre temos lutado. TEMOS A ODIOSA DITADURA, ditadura militar, a mordaza infame que sufocará a liberdade de pensamento e cerceará as regalias que à custa de tantos esforços e de tantas vítimas se têm conquistado». Afirmando sem rodeios que «À VIOLÊNCIA, RESPONDER-SE-Á COM A VIOLÊNCIA!», o Comité Federal, então encabeçado por Emídio Santana<sup>47</sup>, recomenda aos núcleos que tomem especiais cautelas, preparando-se para uma passagem à clandestinidade<sup>48</sup>.

Por outro lado, desenha-se neste momento uma aproximação ocasional entre a F.S.J. e a União Anarquista Portuguesa, onde pontificava Francisco Quintal, no sentido de combater e modificar a orientação da C.G.T., levando-a a uma oposição mais frontal à ditadura, o que se traduz pela emissão de uma longa circular subscrita conjuntamente pelas duas organizações, com data de Agosto de 1926, e dirigida «aos sindicatos confederados, federações, uniões e câmaras sindicais, núcleos de juventudes sindicalistas e organização anarquista, sobre os incidentes ocorridos na Confederação Geral do Trabalho»<sup>49</sup>. Este documento provoca, entre outras coisas, reacções internas nas próprias fileiras juvenis, onde havia quem não apreciasse o distanciamento de muitos militantes da U.A.P. em relação ao suposto ou real violentismo das Juventudes Sindicalistas<sup>50</sup>.

De qualquer modo, a organização juvenil esvaía-se, perdia aderentes, e as últimas disposições para um funcionamento clandestino, tomadas em 1927, após a nova grande vaga repressiva desse ano, já só encontrarão um punhado de militantes, embora resolutos, para lhes dar corpo e execução<sup>51</sup>. As Juventudes Sindicalistas, como grande organização de jovens libertários e trabalhadores, tinham acabado.

\*  
\*            \*  
\*

Mais de meio século passou desde estes acontecimentos. Os jovens portugueses voltam a ter hoje os favores da publicidade, mas por razões bem distintas daquelas que deram fama aos jovens sindicalistas. As organizações juvenis de hoje são de tipo partidário, estudantil ou ecologista, mas não propriamente de trabalhadores assalariados ligados por uma característica etária comum e um comum ideal social. Mas algo se ganhará sempre com o conhecimento do passado.

Durante uma quinzena de anos, as Juventudes Sindicalistas constituíram um autêntico «viveiro» e escola de formação de militantes, quer para os sindicatos operários, quer para outras organizações de carácter libertário. Definindo-se dentro do campo ideológico do anarquismo, foram sempre um fermento de activismo, muitas vezes marcado por excessos e desmesuras. Mas, em todo o caso, constituíram um veículo de difusão de ideias e de comportamentos libertários num segmento importante da sociedade portuguesa — porventura com excessiva antecipação àquilo que seria por ela absorvível. Pode ler-se numa sua publicação que «a primordial função das Juventudes é educar. Educar, em primeiro lugar, social e revolucionariamente — e não se julgue que educação revolucionária é ensinar a fabricar bombas e manejar punhais — e, em segundo lugar, intelectual, moral e fisicamente. Mas ainda a condição prima para ser um bom militante, um revolucionário consciente, é ser um bom profissional». Aí estavam presentes algumas das referências-chave do nosso anarquismo: a dignidade e valor social do trabalho, a par das exigências morais e culturais — «O ignorante, como o esfomeado, pode ser um revoltado, o que nunca será, no entanto, é um revolucionário»<sup>52</sup>.

(Julho 1989).

Localização dos Núcleos das JS



## NOTAS

<sup>1</sup> Embora em França e na Alemanha tivessem existido, na época, efémeras organizações de jovens sindicalistas e em outros países europeus organizações juvenis socialistas, julgamos que, proporcionalmente, nenhuma outra se poderá talvez comparar à dimensão e importância que tiveram entre nós as Juventudes Sindicalistas. Em Espanha, por exemplo, tal movimento é inexistente e só nos anos 30 é que aparece, então, um forte movimento organizado de juventudes libertárias.

<sup>2</sup> Veja-se o caso das agitações coimbrãs de 1907 e 1911, ou da Universidade Livre e do Comité Académico-Operário portuenses cerca de 1902, entre outros.

<sup>3</sup> Por exemplo: o Grupo Jovens Libertários (Faro, 1906); o Club Jovens Socialistas Livres (Porto, 1902); o Grupo Juventude Acrata (Lisboa, 1911); o Grupo Juventude Consciente (Lisboa, 1904); e até o Grupo Juventude Rebelde (Luanda, imagine-se!, 1906). Noutra plano, refira-se, por exemplo, o pequeno jornal *A Mocidade*, depois *A Juventude*, impulsionado pelo libertário Fontana da Silveira em 1910, que se apresenta como «órgão evangelizador de ciências e literatura entre a juventude».

<sup>4</sup> Nomeadamente, Almada, Aveiro, Barcarena, Braga, Coruche, Entroncamento, Portalegre, Póvoa de Varzim, S. Marcos, S. Tiago do Escoural e Viana do Castelo.

<sup>5</sup> Nomeadamente: os grupos Mocidade Libertária (Porto), Jovens Libertários (de Campanhã, Porto), Mocidade Libertária (Vilar do Pinheiro), Jovens Libertários (Ermezinde), Mocidade Libertária (Coimbra), Jovens Libertários (Castelo Branco), Juventude Libertária (Setúbal) e Jovens Libertários (Faro), para além dos fortes Núcleos de Juventude Libertária de Lisboa e do Porto.

<sup>6</sup> «O papel das Juventudes», *A Aurora*, Porto, II, (262), 1. Agosto. 1915.

<sup>7</sup> «Núcleos Sindicalistas», *Comuna Livre*, Porto, (1), 13. Outubro. 1915.

<sup>8</sup> O primeiro número deste jornal saiu em 1 de Maio de 1914, subintitulando-se «Mensário das Juventudes Sindicalistas», com Mário Costa como redactor principal. De facto, era o jornal do Núcleo de Lisboa, onde pontificava o dinamismo de Manuel de Figueiredo e que, depois de várias sedes provisórias, passou a ter a sua base na Rua do Arco da Graça, 4, 2.º, a partir de Janeiro de 1914. O título de *O Despertar* foi posteriormente mantido como órgão da Federação das Juventudes Sindicalistas.

<sup>9</sup> Quintanilha distinguiu-se então na propaganda anti-belicista e contra a entrada de Portugal no conflito que estalara em 1 de Agosto de 1914: escrevia numerosos artigos e falava em comícios e conferências; ia contraditar personalidades republicanas pro-participação na guerra, nas suas próprias sessões públicas; e foi o representante das Juventudes Sindicalistas ao Congresso Mundial contra a Guerra realizado em El Ferrol na Primavera de 1915, onde foi preso.

<sup>10</sup> O Núcleo Juventude Libertária de Lisboa mostrou ser particularmente dinâmico e inovador em alguns aspectos da sua acção propagandística, nos anos 14-15. Teve sede, sucessivamente, em Alcântara, na Travessa do Cabral (à Bica), na Travessa da Água da Flor na Rua da Imprensa Nacional e na Travessa dos Fiéis de Deus. Animado por homens como Carlos José de Sousa, Adolfo Nunes, Augusto Quintas e outros chegou a ter grupos especializados em teatro, música, instrução e propaganda, bem como uma secção descentralizada em Belém. Dava aulas, ensinava o Esperanto, organizava excursões e praticava *sports* (não competitivos). Conseguiu também ter algumas mulheres entre os seus aderentes. Editou ainda o jornal *A Voz da Razão*.

<sup>11</sup> Não obstante isto, de longe em longe, continuaram, a manifestar-se dúvidas quanto ao carácter definidor do movimento juvenil. Ver, por exemplo, os artigos publicados nos números 2 a 5 de *O Grito da Juventude* (Porto, 1925),

ou o texto sobre «Juventudes Individualistas», no número 4 de *Refractários* (Porto, 1922).

<sup>12</sup> José de Sousa Coelho, nascido em 1898 em Penacova, foi metalúrgico e depois conferente marítimo. Aderiu ao partido comunista, sendo uma das suas figuras importantes nos anos 20 e 30. Deportado para o Tarrafal, figurou aí entre os «comunistas afastados». Depois de 1945, veio a reaproximar-se dos libertários, designadamente no quadro das actividades cooperativistas.

<sup>13</sup> Fernando de Almeida Marques, torneiro-mecânico do Arsenal da Marinha, foi um dos anarquistas mais activos nos anos 20, fazendo parte do primeiro Comité Nacional da União Anarquista Portuguesa, em 1923. Passou aos comunistas cerca de 1928, sendo um dos últimos a efectuar este trajecto político.

<sup>14</sup> David de Carvalho: «A conquista duma posição. Relatório da delegação das Juventudes Sindicalistas ao III Congresso Operário Nacional e à Conferência Gráfica Nacional», [1922], manuscrito existente no Arquivo histórico-Social (Biblioteca Nacional).

<sup>15</sup> *Relações das Juventudes Sindicalistas com a Organização Operária* (Tese a apresentar ao III Congresso Operário Nacional, reunido nos dias 1 a 4 de Outubro de 1922, elaborada pela Federação das Juventudes Sindicalistas. Relator, David de Carvalho), Lisboa, F.J.S., 1922, exemplar anotado com as alterações introduzidas no congresso, existente no Arquivo Histórico-Social (Biblioteca Nacional).

David de Carvalho, nascido em 1899 em Lisboa, era jornalista e foi um dos anarquistas mais activos na década de 20. Passou ao partido comunista cerca de 1927, vindo a escrever um interessante livro de memórias: *Os Sindicatos operários e a república burguesa*, Lisboa, Seara Nova, 1977. Faleceu em 1985.

<sup>16</sup> Numa destas listagens, figuram os seguintes organismos que corresponderam a um apelo da F.J.S. de Março de 1923: Federações do Livro e Jornal, da Construção Civil, Corticeira, Rural, e do Calçado, Couros e Peles; Sindicatos dos Mobiliários de Lisboa e Porto; dos Carticeiros de Belém, Seixal, Montijo e Almada; dos Rurais de Évora, Val de Vargo, Graça do Divor, Vila Viçosa e Serpa; dos Descarregadores do Seixal; dos Vidreiros da Amora; dos Metalúrgicos de Lisboa; dos Arsenalistas de Marinha; e dos Ferroviários da CP e de Sul-e-Sueste — com as respectivas quantias. [Documento manuscrito depositado no Arquivo Histórico-Social (Biblioteca Nacional)].

<sup>17</sup> Por exemplo, os jornais publicados cumpriam regularmente as disposições da lei de imprensa recorrendo ao expediente de indicar como entidade proprietária do título o «Grupo editor de X...»; os alugueres de locais eram às vezes feitos em nome pessoal de militantes; etc.

<sup>18</sup> *A Aurora*, Porto, II, (189), 8.Março.1914.

<sup>19</sup> Como jornais editados pelas Juventudes Sindicalistas, detectámos os seguintes:

*O Despertar*, Lisboa, n. 1-n.12, 1914-1915

*Avante*, Évora, n.1, 1914

*A Verdade*, Lisboa, n. 1, 1919

*O Despertar*, Lisboa, n. 1-n. 22, 1920-1923

*A Conferência Juvenil*, Porto, n. único, 1924

*O Grito da Juventude*, Porto, n.º 1-n. 7, 1925-1926.

(Cerca de 1925-6, a *Voz Sindical*, de Setúbal, concedia algum do seu espaço aos jovens sindicalistas, impossibilitados de publicarem o *Despertar*.)

<sup>20</sup> Inicialmente designou-se por União das Juventudes Sindicalistas.

<sup>21</sup> O Comité compunha-se de sete a nove elementos e reunia-se geralmente uma vez por semana. O Conselho tinha uma periodicidade de reunião média trimestral; nele participavam também os membros do Comité, mas sem direito a voto.

<sup>22</sup> Editou as brochuras:

Amilcar Sarmiento: *A Moral do jovem sindicalista*, 1922; e David de Carvalho: *A gestão sindical no período revolucionário*, 1922.

<sup>23</sup> Inicialmente instalada na Calçada do Combro, junto à composição d' *A Batalha*, a tipografia das Juventudes esteve depois na Travessa da Água da Flor, 16, 1.º, em local alugado ao Sindicato dos Mobiliários. Após o movimento militar de 1926, Emídio Santana, então secretário-geral da Federação das Juventudes Sindicalistas, transportou-a e instalou-a na Rua Damasceno Monteiro, 61-A, onde fez serviço para vários organismos libertários, até 31 de Dezembro de 1931. Nesta data, foi descoberta pela polícia, que deteve também Emídio Santana. [«Relatório da F.J.S. ao 2.º Congresso das Juventudes Sindicalistas», documento dactilógrafa depositado no Arquivo Histórico-Social (Biblioteca Nacional); e Processo n.º 235/SPS, relativo a Emídio Santana, do Arquivo da ex-PIDE/DGS].

<sup>24</sup> Segundo testemunhos de militantes, a Caixa de Solidariedade terá tido sempre uma má administração, como, provavelmente, toda a estrutura federal.

<sup>25</sup> Comité de Defesa Social. Adiante se faz referência a este organismo secreto.

<sup>26</sup> As Escolas de Militantes foram também uma inovação das Juventudes Sindicalistas. Existiram pelo menos em Lisboa e no Porto, com cursos nocturnos.

<sup>27</sup> *O Despertar*, Lisboa, (1), 1.Maio. 1914.

<sup>28</sup> Germinal de Sousa (filho de Manuel Joaquim de Sousa), tipógrafo, iniciou-se como militante libertário nas Juventudes Sindicalistas, tendo feito parte do Comité Federal em 1926, com Emídio Santana como secretário-geral. Preso em 1927, refugiou-se em Espanha a partir de 1933. Ali, veio a ser secretário-geral da Federação Anarquista Ibérica durante a guerra civil. Regressou a Portugal nos anos 40, sendo activo nas actividades cooperativistas, ao mesmo tempo que operava uma profunda revisão ideológica do seu anarquismo. Faleceu em 1968.

<sup>29</sup> *A Comuna*, Porto, III, (8), 9.Maio.1926.

<sup>30</sup> *A Comuna*, Porto, II, (40), 16.Dezembro.1923.

<sup>31</sup> *A Comuna*, Porto, III, (8), 9.Maio.1926.

<sup>32</sup> As actas destes congressos estão depositados no Arquivo Histórico-Social (Biblioteca Nacional). As teses foram geralmente publicadas na imprensa da época.

<sup>33</sup> É saboroso registar aqui o testemunho de Raul Pereira dos Santos, um dos Participantes no 1.º congresso: «O Congresso terminou sem problemas e culminou com um jantar de confraternização realizado no Restaurante Ferro de Engomar, que durou toda a noite. Para tal foi preciso pedir autorização às autoridades, o que foi feito em nome do Grupo Excursionista «Esta vez vão todos», e iríamos mesmo todos se chegavam a descobrir quem nós éramos» (Depoimento in Edgar Rodrigues, *A oposição libertária em Portugal*, Lisboa, Sementeira, 1982).

<sup>34</sup> Em Lisboa e no Porto este Núcleo Central organizava então todos os aderentes soltos, não integrados em estruturas de bairro ou profissionais.

<sup>35</sup> Esta tese defendia a ideia de uma Internacional sindicalista juvenil.

<sup>36</sup> O texto completo desta declaração está disponível, por exemplo, em Manuel Joaquim de Sousa, *O Sindicalismo em Portugal*, na reedição de 1972, Porto, Afrontamento, p. 183-184.

<sup>37</sup> *A Batalha*, Lisboa, (658), 2.Fevereiro.1921.

<sup>38</sup> Doc. AHS(BN) cit. Estas teses foram também publicadas no jornal *A Batalha*, 1926.

<sup>39</sup> Parecer formulado pelo Comité Federal da F.J.S. a respeito de um movimento anti-militaristas, relator Fernando Almeida Marques, Lisboa, 18.Março.1922, documento dactilógrafa depositado no Arquivo Histórico-Social (Biblioteca Nacional).

<sup>40</sup> Ver nota 38.

<sup>41</sup> As Juventudes Sindicalistas mostraram sempre uma atenção especial pelo ensino público ministrado nas Escolas Industriais e Comerciais chegando a fazerem-se representar oficialmente em congressos, etc.

<sup>42</sup> Manuel Viegas Carrascalão, nascido em S. Brás de Alportel em 1900, tipógrafo, foi várias vezes preso, a última das quais em 1925, sendo condenado a 6 anos de degredo pelo Tribunal Militar e despachado para Timor em 1927, de onde nunca mais voltou.

Sobre estas deportações, ver o interessantíssimo depoimento de Raul Pereira dos Santos in Edgar Rodrigues, *A Oposição libertária em Portugal*, cit.

<sup>43</sup> *A Batalha*, Lisboa, (657), 31.Janeiro.1921.

<sup>44</sup> Segundo Raul dos Santos, seriam Jaime de Figueiredo, Armando dos Santos (depois substituído por Raul Garrido, por ter aquele acompanhado José de Sousa na cisão comunista) e «outro cujo nome reservo porque ainda vive» (op. cit.). Seria o dele próprio?

<sup>45</sup> Raul Pereira dos Santos in Edgar Rodrigues, op. cit.

<sup>46</sup> «Relatório da F.J.S. ao 2.º Congresso das Juventudes Sindicalistas», Lisboa, 1925, documento dactilógrafo depositado no Arquivo Histórico-Social (Biblioteca Nacional).

<sup>47</sup> Emídio Santana, Nascido em 1906 e falecido em 1988, em Lisboa. Carpinteiro de moldes e, depois, desenhador. Último secretário-geral da F.J.S., em 1926-7, após a prisão de Carrascalão. Ver, entre outros, o seu livro *Memórias de um militante anarco-sindicalista*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1985.

<sup>48</sup> Documento ciclostilado depositado no Arquivo Histórico-Social (Biblioteca Nacional).

<sup>49</sup> Documento ciclostilado depositado no Arquivo Histórico-Social (Biblioteca Nacional).

<sup>50</sup> Veja-se a circular assinada por Hermínio Mendonça, de 22 de Setembro de 1926, enviada aos Núcleos, documento dactilógrafo depositado no Arquivo Histórico-Social (Biblioteca Nacional).

<sup>51</sup> Trata-se de um Parecer aprovado pelo Comité Federal em 28 de Setembro de 1927 que, entre outras coisas, propunha cindir o Núcleo de Lisboa em 5 estruturas de bairro (Belém, Graça, Beato ou Alto do Pina, Meia-Laranja e Anjos), cada uma com uma comissão responsável de 3 militantes, que ligavam com o secretariado central do Núcleo. Documento dactilógrafo depositado no Arquivo Histórico-Social (Biblioteca Nacional).

<sup>52</sup> João Vieira Alves, «As Juventudes e a sua missão», *O Grito da Juventude*, Porto, (5), Dezembro 1926.